UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ
CONCURSO PÚBLICO PARA PROVIMENTO DE CARGOS
TÉCNICO-ADMINISTRATIVO EM EDUCAÇÃO
– EDITAL Nº 12/2026 - COPESE/UFPI

REALIZAÇÃO

COPESE
Concursos, Projetos Estratégicos e Seleções

CADERNO DE QUESTÕES
Cargo: TÉCNICO DE LABORATÓRIO/ ANÁLISES CLÍNICAS

DATA: 18/10/2026
NÚMERO DE QUESTÕES: 50
HORÁRIO: das 08:30h às 12:30h

Nº DE INSCRIÇÃO:

LEIA ATENTAMENTE AS INSTRUÇÕES E AGUARDE AUTORIZAÇÃO PARA ABRIR O CADERNO DE QUESTÕES

- Verifique se este caderno contém um total de 50 questões do tipo múltipla escolha, com 5 (cinco) opções de respostas. Se não estiver completo, solicite ao fiscal de sala outro Caderno de Provas. **Não serão aceitas reclamações posteriores.**

- As questões estão assim distribuídas:

  LÍNGUA PORTUGUESA: 01 a 10
  MATEMÁTICA: 11 a 20
  LEGISLAÇÃO: 21 a 30
  CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS: 31 a 50

- O candidato não poderá entregar o caderno de questões antes de decorridos 60 (sessenta) minutos do início da prova, ressalvados os casos de emergência médica.

- As respostas devem ser marcadas, obrigatoriamente, no **Cartão-Resposta**, utilizando caneta esferográfica, **tinta preta escrita grossa.**

- Ao concluir a prova, o candidato terá que devolver o **Cartão-Resposta devidamente assinado**. A não devolução implicará na **eliminação do candidato.**

LEIA O TEXTO I PARA RESPONDER ÀS QUESTÕES DE 01 A 05.

A importância do serviço público

O serviço público é algo inerente à própria história da humanidade. Sempre existiu e tem por finalidade prestar trabalho de qualidade a uma determinada coletividade. Com o passar dos anos, a forma de ingresso no serviço público mudou. Hoje o critério não é ser amigo do rei. Hoje, independente da origem social da pessoa, ela pode se submeter a um concurso e ingressar na administração pública. É uma escolha, é uma opção de vida. As portas estão abertas para todos. Lamentavelmente, nas últimas décadas o servidor público tem recebido ataques ferozes de todos os lados, como se fosse culpado por todas as mazelas que ocorrem no país.

Vive-se um momento delicado, com uma pandemia batendo às nossas portas. Questiona-se: Quem está na linha de frente colocando a cara a tapa? Quem está colocando a sua própria vida em jogo para salvar as pessoas? Quem está cuidando da segurança dos cidadãos? Resposta! São os servidores públicos. Querem destruir a imagem do servidor público, querem fragilizá-lo, mas, na realidade, a intenção é destruir o serviço público, comprometer ainda mais a qualidade dos trabalhos prestados às camadas mais carentes da sociedade brasileira. Não se pode negar que vários segmentos da sociedade também estão contribuindo no combate ao coronavírus.

São nos momentos adversos que vem à tona as contradições. São nos momentos de dificuldades que deve se tirar algumas lições. Esse discurso do liberalismo, discurso do estado mínimo, discurso que o mercado resolve tudo é balela. É imprescindível um estado forte para intervir em defesa dos fragilizados socialmente. Não se pode tratar os desiguais de forma igualitária, pois com isso o fosso social se agravaria ainda mais. Na realidade esse discurso liberal tem por objetivo continuar protegendo uma minoria abastada que concentra em suas mãos a riqueza do país.

O discurso do Estado mínimo tem como objetivo manter os privilégios, manter as benesses nas mãos de uma minoria que lucra quantias fabulosas no sistema financeiro, nas mãos de uma elite que não é tributada sobre os lucros e dividendos e nas mãos de uma camada que se beneficia pela não regulamentação, até a presente data, do imposto sobre as grandes fortunas.

A maioria da classe política é muito egoísta, mesmo no momento de pandemia continua recebendo a verba indenizatória, totalmente imoral. Uma classe política que só pensa nos seus interesses pessoais, que não abre mão dos privilégios bancados pela sociedade brasileira e, nos momentos de dificuldades, sempre joga a responsabilidade nos ombros dos mais fracos, demonstra não ter compromisso com a população que a elegeu, além disso, incentiva o discurso que tudo que ocorre de ruim no país a culpa é do Servidor Público.

O governo acabou de aprovar uma reforma previdenciária, que aumentou de forma astronômica as alíquotas previdenciárias dos servidores públicos. Isso representou uma redução salarial, uma perda do poder aquisitivo e, consequentemente, uma queda na qualidade de vida de muitas famílias.

Não se pode abrir mão de um serviço público de qualidade, com profissionais preparados e bem remunerados. Os servidores públicos não podem ficar a bel prazer dos governantes de plantão, dependendo do humor do gestor público, pois o compromisso maior é garantir serviço de qualidade, de forma permanente para a sociedade brasileira, pois, afinal de contas, os homens passam e as instituições continuam.

*__Edivaldo Rocha dos Santos__ é bacharel em Direito e professor de História, servidor do TRE-MT. Fonte: https://www.fenajufe.org.br/artigos/a-importancia-do-servico-publico/ Texto publicado em: 21 maio 2020. Acesso em: 18 ago. 2026.

Com base no texto I, responda às questões a seguir:

1. Considerando as relações de significação entre as palavras assinale a opção CORRETA.

(A) **Vírus** é um hiperônimo de **coronavírus**.

(B) Em "Querem destruir a imagem do servidor público, querem fragilizá-lo", **destruir** e **fragilizar** são parônimas, pois derivam de radicais diferentes, mas compartilham a mesma origem etimológica.

(C) Nas frases "A maioria da **classe** política é muito egoísta" e "O político demonstrava muita **classe**" as palavras em destaque podem ser consideradas homônimas perfeitas já que possuem a mesma escrita (grafia) e o mesmo som (pronúncia), mas apresentam significados diferentes.

(D) Nas frases "Quem está na linha de frente colocando a **cara** a tapa?" e "A comida está muito **cara**" as palavras em destaquem revelam um exemplo de polissemia.

(E) Na frase "São nos momentos **adversos** que vem à tona as contradições" um sinônimo possível para a palavra em destaque seria "delicado".

2. No tocante à acentuação gráfica, assinale a opção INCORRETA:

   (A) Na frase "Não se pode negar que **vários** segmentos da sociedade **também** estão contribuindo no combate ao **coronavírus**", as palavras em destaque são acentuadas pela mesma regra de acentuação.

   (B) Na frase "O serviço **público** é algo inerente à própria história da humanidade", a palavra em destaque é acentuada por ser proparoxítona.

   (C) Na frase "A maioria da classe **política** é muito **egoísta**", a palavra "política" é acentuada por ser proparoxítona. Já a palavra "egoísta" é acentuada por causa da regra do hiato.

   (D) Na frase "O governo acabou de aprovar uma reforma **previdenciária**", a palavra em destaque é acentuada porque é paroxítona terminada em ditongo crescente.

   (E) Na frase "... **além** disso, incentiva o discurso que tudo que ocorre de ruim no **país**", a palavra "além" é acentuada por ser oxítona terminada em, "em", já a palavra "país" é acentuada por causa da regra do hiato.

3. Analise as afirmações abaixo no que concerne à regência verbal e nominal, em seguida, assinale a opção CORRETA.

   I. Na frase "Com o passar dos anos", há regência verbal.

   II. Na frase "Hoje o critério não é ser amigo do rei", há regência nominal.

   III. Na frase "Quem está cuidando da segurança dos cidadãos", existem **as duas regências**: a regência verbal e a regência nominal.

   (A) Apenas I está correta.

   (B) Apenas II está correta.

   (C) Apenas III está correta.

   (D) Apenas I e II estão corretas.

   (E) Apenas II e III estão corretas

4. Na frase "... a qualidade dos trabalhos prestados **às** camadas mais carentes da sociedade brasileira", o sinal indicativo de crase está empregado corretamente. Assinale a opção onde isso também ocorre:

   (A) O governo se compara à alguém que tem perda de memória.

   (B) Ele se referiu às pessoas que atuam no serviço público.

   (C) Os sindicatos aludem à uma causa específica.

   (D) O serviço público precisa ser entendido à partir das necessidades do povo.

   (E) Os trabalhos foram destinados à ele.

5. Na frase "Querem destruir a imagem do servidor público, querem **fragilizá-lo**" a palavra em destaque revela correção no uso do pronome átono. Trata-se da **ênclise** (o pronome fica depois do verbo), aplicada ao verbo principal que está no infinitivo. Assinale a opção que contém ERRO na colocação pronominal.

   (A) Alguém o viu sair do serviço mais cedo.

   (B) Não a vejo desde o último expediente.

   (C) Foram os servidores que o viram.

   (D) Novamente o viram nas imediações da universidade.

   (E) A família viu-o sair para o trabalho.

LEIA O TEXTO A SEGUIR PARA RESPONDER ÀS QUESTÕES 6 A 10.

TEXTO 2

(Título do texto omitido para fins didáticos)

Marcus André Melo (Professor da Universidade Federal de Pernambuco e ex-professor visitante do MIT e da Universidade Yale (EUA)) – Com adaptações

Temos assistido a um degaste sustentado da capacidade de Estado em nosso país. Em termos comparativos, nós tivemos uma trajetória relativamente bem-sucedida, embora incompleta, de afastamento de certos setores da administração pública em relação à política partidária, ao familismo e ao patrimonialismo

Uma das peças dessa trajetória tem sido a disseminação dos concursos públicos. O Brasil foi o primeiro país na América Latina a instituir o concurso público (1936) como forma de ingresso para carreiras no governo federal. Na área da diplomacia, os concursos datam de 1919.

A China aparece como a grande precursora. No início do século 11, as provas dos concursos já eram copiadas para impedir que os examinadores reconhecessem a caligrafia dos candidatos, e cada uma era avaliada por duas pessoas! Dois séculos depois, centenas de milhares disputavam as seleções. A partir de meados do século 17, a probabilidade de aprovação em cada etapa chegava a apenas 1 em 6.000.

O sistema sobreviveu, com poucas interrupções, até 1904. Foi abandonado e reintroduzido em caráter experimental apenas em 1987, quando o regime iniciou reformas econômicas e políticas. A ironia histórica é iluminadora: o país que inventara os concursos abandonou-os para depois retomá-los.

O Reino Unido adotou princípios meritocráticos em 1855, mas a competição realmente aberta só começou depois de 1870. Nos Estados Unidos, o Pendleton Act de 1883 instituiu o acesso meritocrático e criminalizou os assessments (dízimo pago pelos funcionários que eram nomeados pelos partidos, prática introduzida recentemente entre nós). Inicialmente restrito a uma pequena parcela do funcionalismo federal, o sistema alcançava 88% dos servidores em 1951. Na Argentina, a primeira lei federal sobre concursos é de 1973, segundo o The Merit Project: A New Dataset on Civil Service Examinations, 1789–2020, de Driscoll et al (2015).

O concurso não implica meritocracia e tem limitações importantes. Tampouco produz um Estado competente. Leis podem coexistir com patronagem, exceções e seleções fraudulentas. Onde não existem regras impessoais de recrutamento, dificilmente existe burocracia meritocrática. O concurso limita o patronato na entrada da burocracia, mas não controla a seleção de seus dirigentes nem impede que redes familiares capturem as instituições encarregadas de fiscalizá-la.

O que ainda se observa em nosso país, sobretudo no âmbito subnacional, onde se concentram 90% dos vínculos públicos, são estruturas patrimoniais e familistas. Elas se expressam das mais diversas formas: nomeações cruzadas ou familismo despudorado nos três Poderes. E aqui há pouca distinção ideológica. As nomeações de esposas de governadores para tribunais de contas —são oito casos recentes— são as mais escabrosas.

A degradação atual não consiste no desaparecimento dos concursos, mas na expansão de redes políticas e familiares ao redor das burocracias profissionais, neutralizando o universalismo formal que elas deveriam proteger. Nas redes familiares que entrelaçam, por exemplo, advogados e magistrados, e que ganharam escala inédita, o conflito de interesses é o menor dos problemas.

Fonte:
www1.folha.uol.com.br/colunas/marcusmelo/2026/08. Acesso em: 17/8/2026

6. Tomando por base a tese defendida no texto 2, assinale a opção que pode funcionar adequadamente como um título para ele.

(A) Meritocracia na base e patrimonialismo no topo.

(B) A lisura dos concursos públicos em países do mundo.

(C) A disseminação dos concursos públicos no mundo.

(D) Patrimonialismo na base e meritocracia no topo.

(E) O protagonismo da China na criação de concursos públicos.

7. Assinale o item que identifica e justifica adequadamente o gênero textual ao qual se vincula o texto 2.

   (A) Editorial, porque tem como objetivo apresentar a opinião institucional de uma empresa jornalística sobre os concursos públicos.

   (B) Crônica, porque tem como objetivo oferecer um relato confiável de fatos acerca de concursos públicos.

   (C) Artigo de opinião, porque tem como objetivo apresentar uma opinião pessoal sobre os concursos públicos.

   (D) Carta aberta, porque tem como objetivo mobilizar a sociedade em prol de uma causa ligada aos concursos públicos.

   (E) Carta de leitor, porque tem como objetivo oferecer um ponto de vista social sobre os concursos públicos.

8. Assinale a opção que NÃO faz a associação adequada entre expressões referenciais e os sentidos a elas atribuídos com base na ideia global do texto 2:

   (A) A expressão referencial **"as seleções" (linha 9)** faz retomada indireta de sentido de concursos públicos na China.

   (B) A expressão referencial **"o regime" (linha 12)** faz retomada indireta de sentido de sistema de concursos chineses.

   (C) A expressão referencial **"o sistema" (linha 11)** faz retomada indireta de sentido do modo de funcionamento dos concursos públicos chineses.

   (D) A expressão referencial **"que" (linha 30, em "que ganharam")** retoma o universalismo formal.

   (E) A expressão referencial **"elas" (linha 29)** retoma as burocracias profissionais.

9. Assinale o item a seguir que se encontra completamente adequado em relação à pontuação, de acordo com a norma culta do português brasileiro:

   (A) Assim como, a pólvora e o papel, também os concursos públicos vieram da China.

   (B) Hoje qualquer um, pode assumir um cargo público sem precisar de apadrinhamento.

   (C) Os cargos/funções de livre nomeação depõem contra a isonomia de acesso aos cargos públicos em qualquer lugar do mundo.

   (D) Concurso público é a forma mais democrática de seleção para o exercício de função pública, quem disse o contrário, ou é mal intencionado ou alienado.

   (E) No caso do acesso a cargos públicos, a meritocracia, meu caro leitor poderia/deveria ser ampliada. Há espaço para isso.

10. Assinale o item em que os verbos usados no pretérito perfeito e no pretérito imperfeito se encontram correlacionados de modo coerente, de acordo com a norma culta do português brasileiro:

    (A) Depois que ingressaram no parque, as crianças notavam que as paredes estavam rachadas e que teve teias de aranha em todos os cantos. O telhado estava todo quebrado e todas as piscinas estavam com a água verde e suja.

    (B) Era uma vez uma menina chamada Chapeuzinho Vermelho. Um dia, sua mãe pedia a ela para levar uma cesta com doces para a vovó doentinha e advertiu a menina: "Não entre na floresta nem converse com estranhos".

    (C) Um rei e uma rainha viviam em um luxuoso palácio. Um belo dia, a rainha dizia ao seu marido que logo teriam um bebê no castelo, pois estava grávida. Meses depois, uma princesa nasceu.

    (D) A pequena Cinderela ficou órfã de mãe. Mas logo o pai da menina se casava novamente. E, para a tristeza de Cinderela, a sua madrasta era uma viúva e tinha duas filhas muito más.

    (E) Era uma vez uma mulher que, quando ficou grávida, sentiu forte desejo de comer beterraba. Para satisfazer a esposa, o marido passou a pegar beterrabas na horta de uma vizinha.

MATEMÁTICA

11. Uma empresa do ramo alimentício produz 125 kg (quilos) de manteiga por dia. A manteiga é colocada em potes de 250 g (gramas) e distribuída em caixas com 50 destes potes. Um supermercado encomendou 250 caixas. Qual é a menor quantidade de dias possível para que a empresa consiga entregar este pedido?

(A) 10
(B) 15
(C) 18
(D) 20
(E) 25

12. Um investidor investe R$ 1.000,00 em uma instituição financeira que paga 1% ao mês no regime de juros simples. Em quanto tempo ele terá ganho R$ 500,00 de juros?

(A) 2 anos e 4 meses
(B) 3 anos e 6 meses
(C) 4 anos e 2 meses
(D) 5 anos e 8 meses
(E) 6 anos e 5 meses

13. Dois corredores, Paulo e Pedro, disputam uma prova em uma pista circular. Paulo completa uma volta em 16 minutos e Pedro em 22 minutos. Se ambos largam lado a lado do ponto de partida da pista, em quanto tempo estarão novamente emparelhados no mesmo ponto de partida?

(A) 2 horas e 50 minutos
(B) 2 horas e 56 minutos
(C) 5 horas e 52 minutos
(D) 5 horas e 56 minutos
(E) 6 horas e 2 minutos

14. A decoração de uma festa de aniversário utilizou balões nas cores azul, amarelo, verde e vermelho. As quantidades de balões de cada cor satisfazem as seguintes condições:

(I) A quantidade de balões na cor azul é igual a soma da quantidade de balões nas cores amarelo e verde.
(II) A soma da quantidade de balões nas cores azul e verde é igual a soma da quantidade de balões nas cores amarelo e vermelho.
(III) A quantidade de balões na cor vermelho é menor que a quantidade de balões na cor azul.

Qual das opções abaixo contém a informação CORRETA à respeito dos balões?

(A) A quantidade de balões na cor azul é igual ao dobro da quantidade de balões na cor verde.
(B) A quantidade de balões na cor amarelo é igual a quantidade de balões na cor verde.
(C) A quantidade de balões na cor amarelo é menor que a quantidade de balões na cor verde.
(D) A quantidade de balões na cor amarelo é maior que a quantidade de balões na cor verde.
(E) A quantidade de balões na cor vermelho é maior que a soma da quantidade de balões nas cores amarelo e verde.

15. Uma escola possui turmas nos turnos manhã e tarde. No turno da manhã há 400 estudantes a mais que no turno da tarde. Além disso, há 20 estudantes a mais no turno da manhã que 60% do número total de estudantes da escola. Qual das opções abaixo contém o quociente entre o número de estudantes do turno da tarde e o número de estudantes do turno da manhã?

(A) $\frac{2}{3}$

(B) $\frac{7}{11}$

(C) $\frac{9}{13}$

(D) $\frac{5}{6}$

(E) $\frac{3}{4}$

16. Pretende-se dividir um retângulo medindo 1,26 m de largura por 2,1 m de comprimento em quadrados com lados de mesma medida. Qual deve ser a medida dos lados desses quadrados para que se tenha o mínimo de quadrados?

(A) 6 cm

(B) 16 cm

(C) 30 cm

(D) 42 cm

(E) 54 cm

17. Um grupo de estudantes decidiu ir para uma pizzaria após um exame de Matemática. A conta total foi de R$ 300,00 e foi dividida igualmente entre todos os estudantes. No momento do pagamento dois estudantes não estavam com seus cartões de crédito e a conta foi novamente dividida igualmente entre cada um dos demais, fazendo com que cada um destes pagasse R$ 25,00 a mais em relação ao que teria pago na primeira divisão. Qual das opções abaixo contém a soma entre a quantidade total de estudantes do grupo e o valor pago por um dos pagantes?

(A) 81

(B) 82

(C) 84

(D) 85

(E) 86

18. Em um determinado grupo de pessoas, formado por adultos e crianças, o peso médio dos adultos é 70 kg e o peso médio das crianças é de 30 kg. Sabendo que o peso médio geral do grupo é 62 kg, é CORRETO afirmar que:

(A) O número de adultos é igual ao número de crianças.

(B) O número de adultos é o dobro do número de crianças.

(C) O número de adultos é o quádruplo do número de crianças.

(D) O número de adultos é seis vezes o número de crianças.

(E) O número de adultos é menor que o número de crianças.

19. Os números naturais de 1 a 12 estão distribuídos na tabela 4×3 a seguir. Sabendo que a soma dos elementos da primeira linha é igual a 21, a soma dos elementos da segunda linha é igual a 18, a soma dos elementos da terceira linha é igual a 20, a soma dos elementos da última é igual a 19 e a soma dos elementos da segunda coluna é 42. Qual das opções a seguir contém o valor de X+Z+B?

1	X	Y
2	Z	W
3	A	B
4	9	C

(A) 24
(B) 26
(C) 27
(D) 30
(E) 33

20. João investiu R$ 2.000,00 a 10% ao mês no regime de juros simples e Paulo aplicou R$ 10.000,00 a uma taxa de $i\%$ ao mês no regime de juros compostos. Sabendo que após 3 meses o montante de Paulo é o quíntuplo do montante de João, é CORRETO afirmar que:

(A) $i < 10\%$
(B) $i = 32\%$
(C) $i > 50\%$
(D) $i = 18\%$
(E) $20\% < i < 30\%$

21. Joaquim é servidor público federal efetivo, ocupante de cargo técnico-administrativo de nível médio na Universidade Federal da Paraíba (UFPB), no qual tomou posse por nomeação, após aprovação em concurso público, tendo entrado em exercício regularmente. Passados três anos, Joaquim foi aprovado em concurso público para outro cargo público federal, inacumulável com aquele que já ocupava, e nele tomou posse, sem se exonerar do cargo anterior.

    À luz da Lei nº 8.112/1990, o cargo anteriormente ocupado por Joaquim na UFPB ficará vago em razão de:

    (A) exoneração de ofício, por inobservância das condições do estágio probatório.

    (B) reversão, em decorrência do retorno de servidor aposentado à atividade.

    (C) promoção, decorrente de desenvolvimento na carreira do servidor.

    (D) readaptação, em virtude de limitação de capacidade física ou mental constatada em inspeção médica.

    (E) posse em outro cargo público inacumulável, hipótese expressamente prevista em lei como causa de vacância.

22. Mariana realizou concurso público para provimento de cargo de técnico-administrativo em educação da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) e ao ser aprovada e classificada dentro do número de vagas foi regularmente nomeada pela autoridade competente. Até o presente momento, contudo, Mariana ainda não compareceu para tomar posse, encontrando-se dentro do prazo legal para tanto.

    De acordo com o conceito de servidor previsto na Lei nº 8.112/1990, é CORRETO afirmar que Mariana:

    (A) já ostenta a condição de servidora pública, uma vez que a aprovação, a classificação e a nomeação, por si sós, já caracterizam a investidura em cargo público.

    (B) adquirirá a condição de servidora pública apenas quando entrar em exercício, sendo a posse mero ato preparatório, destituído de efeitos jurídicos próprios.

    (C) somente adquirirá a condição de servidora pública quando tomar posse, ato que, nos termos da lei, caracteriza a investidura em cargo público.

    (D) não poderá mais adquirir a condição de servidora pública, uma vez que a aprovação em concurso gera apenas mera expectativa de direito, esgotada com a nomeação.

    (E) adquiriu a condição de servidora pública no momento em que foi homologado e publicado o resultado final do concurso público.

23. A vigilância sanitária municipal, após constatar risco iminente à saúde da coletividade em um estabelecimento comercial, determinou a interdição imediata desse local, promovendo o fechamento das portas com lacre, sem requerer prévia autorização do Poder Judiciário.

    Ao executar materialmente a sua decisão, a Administração Pública, através da vigilância sanitária municipal, evidencia o seguinte atributo dos atos administrativos:

    (A) Presunção de legitimidade, atributo pelo qual o ato administrativo é válido até prova em contrário, cabendo ao interessado o ônus de demonstrar eventual ilegalidade.

    (B) Autoexecutoriedade, atributo que permite à Administração Pública executar diretamente suas decisões, inclusive mediante o uso de meios coercitivos diretos.

    (C) Tipicidade, atributo segundo o qual o ato deve corresponder a figura previamente definida em lei como apta a produzir determinado efeito jurídico.

    (D) Discricionariedade, atributo que autoriza a Administração a escolher livremente, sem qualquer parâmetro legal, o momento e a forma de sua atuação diante de risco à saúde pública.

    (E) Imperatividade, atributo que se traduz na possibilidade de a Administração impor unilateralmente obrigações a terceiros, independentemente de sua concordância, dispensada qualquer execução material direta do ato.

24. Após suposta infração disciplinar atribuída a Rogério, servidor técnico-administrativo da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), foi instaurado processo administrativo disciplinar. Constituída a comissão, a mesma foi composta por três servidores estáveis, dentre eles, o presidente, que designou servidor para secretariar os trabalhos. Um dos membros da comissão é primo de Rogério, parentesco do qual a autoridade instauradora tinha conhecimento no momento da designação. Rogério, cientificado, requereu a exclusão desse membro por impedimento, invocando o parentesco existente. O requerimento foi indeferido pela comissão, e os trabalhos prosseguiram regularmente. Em razão da complexidade dos fatos apurados, o prazo de 60 dias para conclusão do processo, contado da publicação do ato que constituiu a comissão, foi prorrogado por igual período, mediante decisão da autoridade competente.

    Considerando o disposto na Lei nº 8.112/1990 acerca do processo administrativo disciplinar, é CORRETO afirmar que:

    (A) a composição da comissão não está irregular, pois o impedimento legal para participação em comissão de processo disciplinar alcança o cônjuge, companheiro ou parente do acusado, consanguíneo ou afim, em linha reta ou colateral, somente até o terceiro grau; e a prorrogação do prazo de 60 dias por igual período, diante da complexidade dos fatos, também está em conformidade com a lei.

    (B) a composição da comissão está irregular, pois a lei veda a participação, em comissão de processo disciplinar, de servidor que tenha qualquer grau de parentesco, consanguíneo ou afim, com o acusado, independentemente do grau.

    (C) a composição da comissão está regular quanto ao parentesco, mas a prorrogação do prazo é ilegal, pois o prazo de 60 dias para conclusão do processo disciplinar é improrrogável, devendo a comissão concluir os trabalhos no prazo original, sob pena de nulidade do processo.

    (D) a comissão deveria ter sido composta por cinco servidores estáveis, e não três, dada a gravidade da infração apurada, sendo nula sua constituição com apenas três membros, independentemente do parentesco alegado.

    (E) tanto a composição da comissão quanto a prorrogação do prazo são irregulares, pois o parentesco de qualquer grau impede a participação na comissão e o prazo de 60 dias, uma vez fixado, não admite prorrogação sob nenhuma hipótese.

25. Um usuário apresentou manifestação perante a ouvidoria da Universidade Federal do Pará (UFPA), questionando a regularidade de procedimento adotado em determinado setor da instituição. Antes de proferir decisão, a ouvidoria, dentro do prazo de que dispunha para decidir, solicitou informações e esclarecimentos diretamente a um servidor lotado no setor questionado. Diante da complexidade da matéria, tanto o prazo do servidor para responder à solicitação da ouvidoria quanto o prazo da ouvidoria para proferir a decisão administrativa final ao usuário foram, cada um deles, prorrogados uma única vez, mediante justificativa expressa.

    Considerando o regime de prazos estabelecido pela Lei nº 13.460/2017 (Lei de Defesa dos Usuários de Serviços Públicos), é CORRETO afirmar que:

    (A) o prazo para a ouvidoria proferir a decisão administrativa final ao usuário e o prazo para o servidor responder à solicitação de informações da ouvidoria são ambos de quinze dias, podendo cada um deles ser prorrogado, de forma justificada, por igual período, uma única vez.

    (B) o prazo para a ouvidoria proferir a decisão administrativa final ao usuário é de vinte dias, prorrogável uma única vez por igual período, ao passo que o prazo para o servidor responder à solicitação de informações da ouvidoria é de trinta dias, também prorrogável uma única vez por igual período.

    (C) ambos os prazos mencionados admitem prorrogações sucessivas, por igual período, sempre que a autoridade competente entender necessário, não havendo limite legal para o número de prorrogações.

    (D) o prazo para a ouvidoria proferir a decisão administrativa final ao usuário é de trinta dias, prorrogável de forma justificada, uma única vez, por igual período; já o prazo para que o servidor responda à solicitação de informações formulada pela ouvidoria é de vinte dias, também prorrogável de forma justificada, uma única vez, por igual período — tratando-se de prazos distintos, com destinatários e finalidades diversos.

    (E) o prazo de trinta dias aplica-se exclusivamente à decisão final da ouvidoria e é improrrogável, sendo a única prorrogação legalmente admitida a do prazo de quinze dias concedido ao servidor para resposta à solicitação de informações.

26. A Reitoria da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE) determinou a veiculação de campanha institucional de divulgação de programa de assistência estudantil. A campanha tem caráter estritamente educativo e informativo, e dela não constam nomes, símbolos ou imagens que caracterizem promoção pessoal de autoridades ou servidores públicos, em conformidade com o disposto no art. 37, §1º, da Constituição Federal.

    Embora o §1º do art. 37 da CF/88 regule matéria relativa à publicidade dos atos, programas, obras, serviços e campanhas dos órgãos públicos, pode-se afirmar que a vedação à promoção pessoal de autoridades ou servidores públicos nele contida constitui, primordialmente, desdobramento do princípio:

    (A) da publicidade, que, ao exigir transparência da atuação estatal, é autossuficiente para justificar tal vedação.

    (B) da moralidade administrativa, que impõe atuação ética e proba dos agentes públicos, sendo esse o fundamento exclusivo para a vedação da promoção pessoal na publicidade institucional.

    (C) da eficiência, pois campanhas publicitárias sóbrias e informativas otimizam o uso de recursos públicos, sendo esse o principal fundamento da vedação em exame.

    (D) da legalidade, pois a vedação decorre unicamente da necessidade de a Administração atuar nos estritos limites previstos em lei, não guardando relação com os princípios da impessoalidade ou da moralidade.

    (E) da impessoalidade, pois a vedação à promoção pessoal busca assegurar que a atuação administrativa seja voltada ao interesse coletivo, e não à vaidade ou à promoção da imagem pessoal do agente público.

27. Germana é servidora técnico-administrativa da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), ocupante do cargo de Assistente em Administração — cargo de natureza administrativa geral, sem exigência de formação técnica ou científica específica —, com carga horária de 40 horas semanais. Paralelamente, foi aprovada em concurso público e nomeada para o cargo de professora substituta em outra instituição federal de ensino, com carga horária de 20 horas semanais. Existe compatibilidade comprovada entre os horários das duas atividades e observância do teto remuneratório constitucional.

    Carlos, também servidor técnico-administrativo da UFMG, ocupante do cargo de Assistente em Administração, pretende acumular esse cargo com outro cargo de Assistente em Administração em autarquia federal diversa — nenhum dos dois de magistério, nem privativo de profissional de saúde com profissão regulamentada —, sustentando haver compatibilidade de horários entre ambos, mediante escala especial de trabalho.

    Considerando o disposto no art. 37, incisos XVI e XVII, da Constituição Federal, na redação atualmente vigente, é CORRETO afirmar que:

    (A) tanto a situação de Germana quanto a de Carlos são lícitas, pois a Constituição Federal permite a acumulação remunerada de quaisquer dois cargos públicos, bastando, em qualquer caso, a comprovação de compatibilidade de horários entre as atividades exercidas.

    (B) a situação de Germana é ilícita, pois, para a acumulação de cargo de professor com outro cargo ser lícita, a alínea "b" do art. 37, XVI, da Constituição Federal exige que o segundo cargo seja técnico ou científico, o que não é o caso do cargo de Assistente em Administração por ela ocupado.

    (C) a acumulação pretendida por Germana é lícita, pois um dos cargos por ela ocupados é de professora, e a alínea "b" do art. 37, XVI, na redação dada pela Emenda Constitucional nº 138/2025, passou a admitir a acumulação de cargo de professor com outro cargo de qualquer natureza — não mais exigindo que o segundo cargo seja técnico ou científico —, bastando a compatibilidade de horários, já comprovada; já a acumulação pretendida por Carlos é ilícita, pois nenhum de seus dois cargos é de magistério.

    (D) a vedação constitucional à acumulação remunerada, aplica-se exclusivamente a cargos públicos, não alcançando empregos públicos ou funções, tampouco se estendendo a autarquias, fundações públicas, empresas públicas ou sociedades de economia mista.

    (E) ainda que a situação de Germana se enquadre em hipótese constitucionalmente permitida de acumulação, a compatibilidade de horários entre as duas atividades é requisito dispensável nesse caso, exigível apenas nas hipóteses em que a acumulação não se enquadra em nenhuma das exceções constitucionais.

28. Rogério, servidor da Universidade Federal do Maranhão (UFMA), recebeu de um colega também servidor da mesma Instituição, para as providências cabíveis, um processo administrativo contendo relatório com informação em desacordo com os fatos. Em vez de encaminhar o documento tal como recebido e relatar a irregularidade, Rogério alterou o teor do relatório antes de dar-lhe seguimento, de modo a ocultar a inconsistência.

    Clarice, outra servidora da UFMA e amiga pessoal de Rogério, presenciou o momento em que ele alterou o documento. Ainda assim, optou por nada comunicar a seus superiores, permanecendo em silêncio sobre o que presenciara, exclusivamente por não querer comprometer a amizade que os une.

    À luz do Decreto nº 1.171/1994 (Código de Ética Profissional do Servidor Público Civil do Poder Executivo Federal), é CORRETO afirmar que:

    (A) apenas a conduta de Rogério configura violação ao Código de Ética; a conduta de Clarice, por não envolver ação positiva de sua parte, mas mera omissão silenciosa, não é alcançada por nenhum dever ou vedação previsto no Decreto nº 1.171/1994.

    (B) a conduta de Rogério configura a vedação do item XV, alínea "h" ("alterar ou deturpar o teor de documentos que deva encaminhar para providências"); a conduta de Clarice, por sua vez, configura simultaneamente o descumprimento do dever fundamental do item XIV, alínea "m" ("comunicar imediatamente a seus superiores todo e qualquer ato ou fato contrário ao interesse público, exigindo as providências cabíveis") e a vedação do item XV, alínea "c" ("ser, em função de seu espírito de solidariedade, conivente com erro ou infração a este Código de Ética"), pois seu silêncio, motivado por lealdade pessoal ao colega, frustra tanto o dever de comunicação quanto a vedação específica à conivência.

    (C) a conduta de Clarice configura apenas a vedação do item XV, alínea "b" ("prejudicar deliberadamente a reputação de outros servidores"), pois seu silêncio teve o efeito de proteger a reputação de Rogério perante a Administração.

    (D) a conduta de Rogério, embora reprovável do ponto de vista ético, não encontra correspondência em nenhuma vedação específica prevista no item XV do Decreto nº 1.171/1994, configurando apenas violação genérica ao dever de probidade do item XIV, alínea "c" do mesmo Decreto.

    (E) o silêncio de Clarice é conduta eticamente neutra, pois o Decreto nº 1.171/1994 impõe deveres apenas de ação direta do próprio servidor em relação às suas próprias atribuições, não abrangendo o dever de comunicar irregularidades cometidas por terceiros.

29. Antônio foi atropelado por veículo oficial da Universidade Federal do Mato Grosso (UFMT) conduzido por Marcelo, servidor público, quando este se deslocava entre unidades do campus a serviço da instituição. Marcelo alega não ter agido com dolo ou culpa, atribuindo o acidente a falha mecânica repentina e imprevisível do veículo. Antônio pretende ser indenizado pelos danos sofridos e cogita ajuizar a ação diretamente contra Marcelo e não contra a UFMT.

    Considerando o disposto no art. 37, §6º, da Constituição Federal, é CORRETO afirmar que:

    (A) Antônio deve ajuizar a ação diretamente contra a UFMT, diante da responsabilidade objetiva do Ente Público, bastando a comprovação do nexo causal entre a conduta de Marcelo, nessa qualidade de agente público, e o dano sofrido por Antônio. O que não impede que a UFMT, uma vez condenada a indenizar Antônio, mova ação de regresso contra Marcelo, hipótese em que, aí sim, será necessário comprovar dolo ou culpa do servidor.

    (B) Antônio deve ajuizar a ação diretamente contra Marcelo, pois a responsabilidade pelos danos causados por agente público é do próprio agente, cabendo à UFMT responder apenas subsidiariamente, caso o patrimônio de Marcelo seja insuficiente para a reparação integral do dano.

    (C) a responsabilidade da UFMT perante Antônio depende da comprovação de dolo ou culpa de Marcelo, pois a teoria adotada pelo art. 37, §6º, da Constituição Federal é a da responsabilidade subjetiva do Estado, equiparada, nesse aspecto, à responsabilidade civil comum entre particulares.

    (D) mesmo diante de eventual condenação da UFMT a indenizar Antônio, não caberá ação de regresso contra Marcelo em nenhuma hipótese, pois o art. 37, §6º, da Constituição Federal assegura ao agente público imunidade patrimonial plena por atos praticados no exercício de suas funções.

    (E) a responsabilidade objetiva prevista no art. 37, §6º, da Constituição Federal aplica-se somente às pessoas jurídicas de direito público, não alcançando pessoas jurídicas de direito privado prestadoras de serviços públicos, ainda que o dano seja causado por agente destas no exercício dessa atividade.

30. Madalena tomou posse e entrou em exercício em cargo técnico-administrativo de provimento efetivo na Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), após aprovação em concurso público. Ao completar 24 (vinte e quatro) meses de efetivo exercício, foi submetida à avaliação de desempenho realizada pela comissão constituída para essa finalidade, nos termos do art. 20, §1º, da Lei nº 8.112/1990, tendo obtido resultado integralmente satisfatório em todos os fatores legalmente exigidos, avaliação essa devidamente homologada pela autoridade competente. Com base nesse resultado, e invocando a literalidade do art. 20, caput, e do art. 21 da Lei nº 8.112/1990 — que mencionam, respectivamente, os prazos de 24 meses e de 2 anos —, Madalena requereu à Administração o reconhecimento imediato de sua estabilidade no serviço público, então com apenas 24 meses de efetivo exercício.

Considerando o disposto nos arts. 20 e 21 da Lei nº 8.112/1990, o art. 41 da Constituição Federal, na redação dada pela Emenda Constitucional nº 19/1998, é CORRETO afirmar que o pedido de Madalena:

(A) deve ser deferido, pois a aprovação homologada na avaliação de desempenho realizada aos 24 meses é, por si só, suficiente para a aquisição da estabilidade, nos exatos termos do art. 20 da Lei nº 8.112/1990, que não foi revogado nem alterado por qualquer diploma legal posterior.

(B) não deve ser deferido, pois o estágio probatório e a estabilidade são institutos totalmente autônomos e independentes entre si, de modo que a avaliação de desempenho realizada pela comissão é irrelevante para a aquisição da estabilidade, que decorreria exclusivamente do transcurso do prazo de 3 anos, independentemente de qualquer avaliação favorável ou desfavorável do servidor.

(C) deve ser parcialmente deferido, pois, ainda que a estabilidade em si dependa do prazo de 3 anos exigido pelo art. 41 da Constituição Federal, o estágio probatório, enquanto instituto autônomo disciplinado pelo art. 20 da Lei nº 8.112/1990, encerra-se aos 24 meses, de modo que, a partir desse momento, Madalena deixa de estar sujeita a estágio probatório, ainda que sua estabilidade só venha a ser adquirida 12 meses mais tarde.

(D) não deve ser deferido, pois a aquisição da estabilidade, independentemente de qualquer prazo fixado em lei ou na Constituição, depende sempre de ato discricionário da autoridade competente, praticado à vista de critérios de conveniência e oportunidade não vinculados a qualquer marco temporal.

(E) não deve ser deferido nesse momento, pois, embora os arts. 20, caput, e 21 da Lei nº 8.112/1990 mencionem, respectivamente, os prazos de 24 meses e de 2 anos, essa redação é anterior à Emenda Constitucional nº 19/1998, que elevou para 3 (três) anos de efetivo exercício o prazo exigido pelo art. 41, caput, da Constituição Federal para a aquisição da estabilidade.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

31. Na rotina laboratorial, a análise macroscópica de amostras de fezes, é uma etapa importante do exame parasitológico de fezes (EPF), que muitas vezes é realizada apenas pelos técnicos de laboratório. Com relação ao tema, marque a opção INCORRETA.

(A) A coloração anormal das fezes deve ser reportada ao profissional como, por exemplo, as amostras descoloradas ou esbranquiçadas caracterizando o quadro de acolia fecal.

(B) A presença de sangue ou muco nas fezes precisa ser reportada, porque são indícios de afecções gastrointestinais como as infecções parasitárias, por exemplo.

(C) As técnicas de Baermann-moraes ou a de Rugai tornam-se vantajosas para a rotina laboratorial, porque permite a pesquisa de larvas em amostras colhidas em conservantes.

(D) O lugol é o corante mais utilizado no EPF, porque é indicado para a pesquisa de larvas de helmintos, trofozoítos e cistos de protozoários.

(E) Fezes delgadas, em fita, indicam uma obstrução da passagem normal do material fecal pelo intestino e, por isso, deve ser comunicada.

32. O exame físico da urina inclui determinação de cor, aspecto e densidade. A observação destas características fornece informações preliminares relativas a distúrbios, como hemorragia glomerular e hepatopatia, por exemplo. Além disso, alguns tipos de amostra de urina exigem condições especiais de coleta, como tempo, volume, método de coleta e dieta. Com relação a todas etapas do exame de urina, classifique as afirmações como verdadeiras ou falsas.

I. Ao identificar uma urina vermelha, deve-se verificar o aspecto. Quando há turvação, suspeita-se de hemoglobinúria ou miogloinúria.

II. Uma amostra ligeiramente turva caracteriza-se pela presença de muitas partículas e observação de um texto borrado através da urina.

III. Para o procedimento de coleta de amostra de 24 horas, no dia 1, a primeira urina do dia, o paciente deve ser orientado a coletar no frasco específico e desprezar a primeira urina do dia 2.

IV. A coleta de amostra de jato médio, com assepsia, é um método mais seguro e menos traumático para obtenção de urina para cultura de bactérias e exame de urina de rotina.

V. A primeira amostra da manhã é recomendada para o monitoramento da glicose, porque não conterá nenhum metabólito de alimentos ingeridos antes do início de jejum.

Marque a opção que apresenta a sequência CORRETA de cima para baixo:

(A) V; V; V; F; F

(B) F; V; F; V; F

(C) F; F; V; V; V

(D) F; V; F; V; F

(E) V; F; F; V; V

33. Com relação aos procedimentos de diluição rotineiramente utilizados em laboratório de análises clínicas, classifique as opções como verdadeiras ou falsas.

I. Uma diluição de 1:2 de soro com salina teve resultado de creatinina de 6,0 mg/dL. O verdadeiro valor para creatinina sérica é de 3,0 mg/dL.

II. Uma diluição de 1:4 de soro com salina teve resultado de glicose de 120 mg/dL. A glicemia do paciente estava na concentração de 480 mg/dL.

III. A relação de 100 microlitros de soro adicionado a 900 microlitros de salina apresenta o fator de diluição de 1:2.

IV. A relação de 2 microlitros de soro e 18 microlitros de salina apresenta o fator de diluição de 1:10.

V. Realizou-se uma diluição seriada com três tubos de ensaio, contendo cada um 1 mL de salina. Ao primeiro tubo foi adicionado 1 mL de soro que, após homogeneização, retirou-se 1 mL da solução do tubo 1. Em seguida, fez-se a transferência para o tubo 2 e, da mesma forma, para o tubo 3. No final, o fator de diluição do tubo 3 será de 1:16.

Assinale a opção que apresenta a sequência CORRETA de cima para baixo:

(A) V; V; V; F; F

(B) F; V; F; V; V

(C) F; F; V; V; V

(D) F; V; F; V; F

(E) V; F; F; V; V

34. De acordo com as metodologias de dois kits utilizados para auxiliar no diagnóstico da Dengue (Kit Dengue IgG/IgM e Dengue NS1), responda às questões a seguir:

Teste 1: "Nos testes positivos, as imunoglobulinas específicas da dengue (IgG e/ou IgM) presentes na amostra ligam-se aos antígenos recombinantes (DEN-1, DEN-2, DEN-3 ou DEN-4) do envelope viral conjugados com ouro coloidal. Esta reação forma um complexo antígeno-anticorpo que migra por capilaridade pela membrana de placa-teste e é capturado por anti-IgG e/ou anti-IgM humanas imobilizadas em duas áreas distintas, determinando o surgimento de uma banda rosa característica nas áreas correspondentes."

Teste 2: "Amostras de soro, plasma ou sangue total, contendo antígeno NS1, ligam-se ao conjugado anti-NS1 marcado com outro coloidal, cujo imunocomplexo migra por capilaridade pela membrana do teste indo se ligar aos anticorpos monoclonais anti-NS1 presentes na área teste (T), determinando o surgimento de uma banda colorida nesta área."

Considerando os princípios técnicos apresentados para os dois testes utilizados no diagnóstico da Dengue, assinale a opção INCORRETA:

(A) O Teste 1 é um teste imunocromatográfico destinado à identificação de imunoglobulinas específicas da dengue, permitindo a detecção de IgM e IgG presentes na amostra.

(B) O Teste 1 apresenta 3 áreas de leitura: área de controle, área de teste para IgM e área de teste para IgG, possibilitando a identificação das respectivas imunoglobulinas.

(C) O Teste 2 é um teste imunocromatográfico destinado à identificação do antígeno NS1 do vírus da Dengue e apresenta uma área de controle e uma área de teste para a detecção desse antígeno.

(D) O Teste 2, por permitir a identificação de um antígeno viral, é considerado um teste de biologia molecular, pois possibilita a detecção direta do vírus da dengue na amostra.

(E) O Teste 1 permite avaliar a resposta imune do indivíduo, por meio da detecção de anticorpos específicos (IgM e IgG), enquanto o teste 2 permite a detecção do antígeno NS1 do vírus da Dengue.

35. Sobre a utilização adequada de pipetas, classifique as opções como verdadeiras ou falsas

I. A pipeta volumétrica ou transferidora é utilizada para medir um volume fixo de líquido e apresenta uma marca de calibração correspondente ao volume para o qual foi calibrada.

II. A pipeta graduada de escoamento parcial, também denominada pipeta sorológica, é calibrada entre duas marcas, permitindo o escoamento entre as marcas, conforme volume desejado.

III. Se o protocolo do teste exige volume de 10 microlitros, deve-se utilizar preferencialmente a pipeta (micropipeta) automática com volume de 10 a 100 microlitros, caso não seja possível, utilizar de 100 a 1000 microlitros.

IV. Para realizar corretamente a leitura do volume, o observador deve posicionar os olhos na altura do menisco, de frente para a escala, de modo que a curvatura do menisco coincida exatamente com a linha correspondente ao volume desejado.

V. A pipeta de Morh, pipeta sorológia, é graduada até a extremidade inferior e corresponde ao tipo de escoamento total do volume aspirado.

Assinale a opção que apresenta a sequência CORRETA de cima para baixo:

(A) V - F - F - V - F
(B) V - F - V - F - F
(C) F - V - V - F - V
(D) V - V - F - V - F
(E) F - V - F - V - F

36. Durante a rotina de um laboratório, dois técnicos realizaram procedimentos de pipetagem, utilizando micropipetas de deslocamento de ar. Avalie as etapas realizadas para cada técnico.

Técnico A: precisava transferir 100 microlitros de uma solução aquosa para outro tubo. Inicialmente, pressionou o êmbolo da micropipeta até o primeiro estágio, mantendo a pipeta na posição vertical. Em seguida, imergiu a ponteira na amostra e liberou lentamente o êmbolo até a posição de repouso, realizando a aspiração do volume selecionado. Para a transferência, posicionou a ponta da ponteira em um ângulo de aproximadamente 10° a 45° contra a parede interna do recipiente, pressionou suavemente o êmbolo até o primeiro estágio e, após uma breve pausa, pressionou-o até o segundo estágio, deslizando a ponteira pela parede interna, para remover o restante da amostra. Em seguida, retirou a ponteira do recipiente e liberou o êmbolo até a posição de repouso.

Técnico B: precisava pipetar uma amostra viscosa. Para isso, após definir o volume desejado, pressionou o êmbolo da micropipeta até o segundo estágio antes de imergir a ponteira na amostra. Em seguida, imergiu a ponteira no líquido e liberou lentamente o êmbolo até a posição de repouso, aspirando um volume superior ao volume selecionado. Para realizar a transferência, posicionou a ponteira no recipiente de destino, com um ângulo entre 10 e 45 graus, e pressionou o êmbolo suavemente somente até o primeiro estágio, deixando um volume residual na ponteira.

Com base nos procedimentos descritos, assinale a opção CORRETA:

(A) O Técnico A realizou pipetagem reversa, caracterizada pelo esgotamento parcial, enquanto o Técnico B realizou pipetagem direta, caracterizada pelo esgotamento total.
(B) O Técnico A realizou pipetagem direta, caracterizada pelo esgotamento total, enquanto o Técnico B realizou pipetagem reversa, caracterizada pelo esgotamento parcial.
(C) Os dois técnicos utilizaram a técnica de escoamento total, para aspirar e transferir suas amostras, a diferença está apenas no tipo de amostra.
(D) Os dois técnicos realizaram pipetagem reversa, porque precisaram liberar o embolo lentamente para a posição de repouso.
(E) Os dois técnicos realizaram pipetagem direta, pois ambos utilizaram os dois estágios do êmbolo durante o procedimento.

37. Com relação ao sistema de tira reagente para determinação semiquantitativa de bilirrubina, urobilinogênio, cetonas, ácido ascórbico, glicose, proteína, sangue, pH, nitrito, leucócitos e densidade na urina, classifique as afirmações como verdadeiras ou falsas.

I. A amostra de urina deve ser entregue prontamente ao laboratório e o teste deve ser realizado em até 4 horas após a colheita.

II. A refrigeração não é adequada para preservar alguns constituintes, como bilirrubina e urobilinogênio e pode induzir a precipitação de fosfatos e uratos amorfos.

III. Ingestão acentuada de líquidos e utilização de diuréticos pode aumentar a densidade da amostra de urina.

IV. Os controles de qualidade devem ser realizados um vez por mês, independente da frequência estabelecida pelo laboratório e a carga de trabalho.

V. Para realização do teste, a tira deve ser imersa na urina por aproximadamente 2 segundos, retirada pela borda do tubo e mantida na posição horizontal.

Assinale a opção que apresenta a sequência CORRETA de cima para baixo:

(A) V – V – F – V – V
(B) F – V – F – F – V
(C) F – V – V – F – V
(D) F – F – F – V – V
(E) V – F – V – F – V

38. O desenvolvimento de novas técnicas para identificar a presença de sangue oculto nas fezes tem contribuído para o aprimoramento da triagem e do diagnóstico do câncer colorretal. Com relação aos métodos laboratoriais utilizados na pesquisa de sangue oculto nas fezes, classifique as afirmativas como verdadeiras (V) ou falsas (F).

I. O método de guáiaco exige dieta especial por 72 horas antes da realização do teste, incluindo a restrição de carne vermelha e de alimentos como banana, espinafre e melão.

II. O imunoensaio cromatográfico exige restrição alimentar quanto ao consumo de carne vermelha antes da realização do teste.

III. A positividade do imunoensaio tende a aumentar quando são analisadas três amostras de fezes.

IV. Álcool e medicamentos contendo ácido acetilsalicílico ou outros que possam causar microlesões no epitélio digestivo não interferem no resultado do imunoensaio cromatográfico, sendo considerados interferentes apenas no método de guáiaco.

V. No imunoensaio, utiliza-se na reação um anticorpo anti-hemoglobina humana para a detecção do sangue nas fezes.

Assinale a opção que apresenta a sequência CORRETA de cima para baixo:

(A) V – F – V – F – V
(B) V – V – F – F – V
(C) F – F – V – V – F
(D) V – F – F – V – V
(E) F – V – V – F – F

39. Amostras fortemente lipêmicas de triglicérides (≥ 2.000 mg/dL), o rápido consumo de oxigênio do meio pode gerar resultados de triglicérides alterados. Por isso, recomenda-se diluir essas amostras 1:10 antes da realização do teste (Adaptado do protocolo de dosagem do triglicérides Labtest®). Considerando esta recomendação, uma amostra de soro visivelmente lipêmica foi dosada e o analisador liberou o resultado de 1.150 mg/mL. Suspeitando-se de interferência, foi necessário realizar a diluição 1:10 e obteve o resultado de 210 mg/dL. Qual a concentração real de triglicérides da amostra?

(A) 150 mg/dL, resultado normal, não sendo registrada hipertrigliceridemia.

(B) 210 mg/dL, hipertrigliceridemia leve, mas a diluição não era necessária.

(C) 2.100 mg/dL, hipertrigliceridemia grave, a diluição era necessária.

(D) 21 mg/dL, resultado abaixo do normal, diluição não era necessária.

(E) 1.500 mg/dL, hipertrigliceridemia leve, resultado inicial subestimado.

40. Com relação ao procedimento de coleta de sangue venoso, analise as afirmações a seguir e classifique-as como verdadeiras ou falsas.

I. Quando se utiliza manguito de aferir a pressão arterial para coleta de sangue venoso, deve-se inflá-lo a aproximadamente 180 mmHg.

II. Recomenda-se manter o torniquete no local por até 3 minutos.

III. A estase venosa prolongada, caracterizada pelo baixo fluxo de sangue devido a aplicação do torniquete, pode aumentar a concentração de constituintes ligados à proteínas.

IV. Para coleta com tubos a vácuo, deve-se acoplar o tubo ao adaptador e, em seguida, inserir a agulha dentro da veia com um ângulo de 15°.

V. Os tubos com EDTA precisam ser invertidos gentilmente apenas 2 vezes, enquanto os tubos sem aditivos devem ser invertidos 8 vezes.

Assinale a opção que apresenta a sequência CORRETA.

(A) Todas as afirmações são verdadeiras.

(B) Todas as afirmações são falsas.

(C) As afirmações I e III são verdadeiras.

(D) Apenas as afirmações I e II são falsas.

(E) Apenas a afirmação III é verdadeira.

41. Durante a rotina de um laboratório de microbiologia clínica, um técnico de laboratório realizou o preparo de um lote de meio de cultura para isolamento bacteriano. Após dissolver o meio desidratado em água destilada, observou atentamente o volume final, ajustou o pH conforme especificado pelo fabricante, distribuiu o meio em frascos apropriados e realizou a esterilização em autoclave. Somente após o resfriamento até, aproximadamente, 45 a 50 °C adicionou um suplemento termolábil e verteu o meio em placas de Petri estéreis.

Considerando as boas práticas no preparo de meios de cultura, assinale a opção CORRETA.

(A) O suplemento termolábil deve ser adicionado antes da autoclavagem para garantir sua completa esterilização juntamente com o meio.

(B) O ajuste do pH é dispensável quando o meio é preparado com água destilada, pois a autoclavagem corrige eventuais alterações de acidez.

(C) A adição do suplemento somente após o resfriamento do meio evita a degradação de compostos sensíveis ao calor, preservando suas propriedades biológicas.

(D) O meio de cultura deve ser distribuído em placas de Petri antes da autoclavagem, reduzindo o risco de contaminação durante o preparo.

(E) O resfriamento do meio até 45 a 50 °C é realizado exclusivamente para acelerar a solidificação do ágar, não influenciando a estabilidade dos suplementos adicionados.

42. Em um laboratório de microbiologia clínica, um técnico de laboratório supervisionava a realização da coloração de Gram. Ao revisar o procedimento, percebeu que o funcionário havia invertido a ordem de aplicação dos reagentes, comprometendo a diferenciação entre bactérias Gram-positivas e Gram-negativas. O profissional interrompeu o procedimento e solicitou que a técnica fosse reiniciada, seguindo a sequência correta das etapas.

    Considerando a técnica da coloração de Gram, assinale a opção que apresenta a sequência CORRETA dos reagentes utilizados após a fixação do esfregaço.

    (A) Safranina → Cristal violeta → Lugol → Álcool-acetona.
    (B) Cristal violeta → Álcool-acetona → Lugol → Safranina.
    (C) Cristal violeta → Lugol → Álcool-acetona → Safranina.
    (D) Lugol → Cristal violeta → Safranina → Álcool-acetona.
    (E) Álcool-acetona → Lugol → Cristal violeta → Safranina.

43. Com base nos testes de catalase e coagulase, utilizados na identificação básica bacteriana, assinale a opção CORRETA.

    (A) A positividade para catalase e coagulase é compatível com *Staphylococcus aureus*, sendo a coagulase um importante fator para diferenciá-lo da maioria das demais espécies do gênero *Staphylococcus*.
    (B) A positividade para catalase e coagulase identifica bactérias do gênero *Streptococcus*, uma vez que esses microrganismos produzem ambas as enzimas.
    (C) O teste da catalase é utilizado para diferenciar espécies de *Staphylococcus aureus* das demais espécies coagulase-negativas, enquanto a coagulase diferencia *Staphylococcus* de *Streptococcus*.
    (D) O teste da coagulase deve ser realizado antes da coloração de Gram, pois sua interpretação independe da morfologia bacteriana.
    (E) A positividade para catalase associada à negatividade da coagulase confirma a identificação de *Staphylococcus aureus*.

44. Em relação aos procedimentos de coleta de amostras para a realização do hemograma, analise as afirmativas a seguir como verdadeiras (V) ou falsas (F) .

    I. O tubo utilizado para a coleta do hemograma deve conter anticoagulante EDTA, pois preserva adequadamente a morfologia das células sanguíneas.
    II. Com relação a ordem dos tubos utilizados na coleta de sangue, o tubo com EDTA deverá ser o primeiro a ser coletado devido a necessidade da homogeneização.
    III. A coleta de sangue para hemograma deve ser realizada obrigatoriamente em jejum de 12 horas, independentemente da solicitação médica.
    IV. Na coleta a vácuo, o tubo deve ser preenchido até acabar o vácuo e atingir o volume determinado pelo fabricante.
    V. A identificação correta da amostra imediatamente após a coleta constitui uma etapa essencial para a segurança do paciente e a confiabilidade do exame.

    Assinale a opção que apresenta a sequência CORRETA de cima para baixo:

    (A) V – F – F – V – V
    (B) V – F – V – F – V
    (C) F – V – F – V – V
    (D) V – V – V – F – F
    (E) F – F – V – V – F

45. Durante uma aula prática de Hematologia, o professor orientou os alunos do curso técnico de laboratório sobre a realização da contagem global de células, utilizando a câmara de Neubauer. Após a diluição da amostra, um dos estudantes preencheu corretamente a câmara, porém iniciou a contagem imediatamente após a aplicação da suspensão celular. O professor interrompeu o procedimento para dar orientações ao alunos.

Considerando a técnica de contagem global em câmara de Neubauer, assinale a opção CORRETA.

(A) O preenchimento da câmara deve ser realizado com excesso de volume, garantindo que toda a superfície da lamínula fique completamente coberta pelo líquido.

(B) A presença de bolhas de ar na câmara não interfere na distribuição celular, desde que a contagem seja realizada em aumento de 40 vezes.

(C) Durante a contagem, todas as células localizadas sobre as linhas limítrofes dos quadrantes devem ser contabilizadas para evitar perda de informações.

(D) A homogeneização da suspensão celular antes da pipetagem é desnecessária, pois as células permanecem distribuídas uniformemente após a diluição.

(E) Após o preenchimento da câmara, recomenda-se aguardar alguns minutos para que as células sedimentem uniformemente antes de iniciar a contagem microscópica.

46. Em um laboratório de análises clínicas, um técnico de laboratório realizou a determinação da velocidade de hemossedimentação (VHS), utilizando o método de Westergren. Durante o treinamento da equipe, foram discutidos aspectos técnicos que podem interferir na confiabilidade do exame. Analise as afirmativas a seguir como verdadeiras (V) ou falsas (F).

I. O método de Westergren utiliza sangue venoso anticoagulado e a leitura da sedimentação das hemácias é realizada após 1 hora.

II. O tubo de Westergren deve permanecer rigorosamente na posição vertical durante o período de sedimentação.

III. A inclinação do tubo durante o exame pode diminuir artificialmente o valor da velocidade de hemossedimentação.

IV. O exame de VHS é específico para o diagnóstico de infecções bacterianas, sendo suficiente para confirmar esse tipo de doença.

V. A presença de bolhas de ar, vibrações ou movimentação do tubo durante a realização do teste pode comprometer o resultado do exame.

Assinale a opção que apresenta a sequência CORRETA de cima para baixo:

(A) V – V – V – F – V

(B) V – F – V – V – F

(C) V – V – F – F – V

(D) V – V – F – V – F

(E) F – F – V – F – V

47. Considerando os conceitos de controle interno e controle externo da qualidade, assinale a opção CORRETA.

(A) O controle interno da qualidade é realizado exclusivamente por órgãos fiscalizadores, enquanto o controle externo é executado diariamente pela equipe do laboratório.

(B) O controle externo da qualidade substitui a necessidade da realização do controle interno, desde que o laboratório participe regularmente de ensaios de proficiência.

(C) O controle interno da qualidade consiste na calibração periódica dos equipamentos, enquanto o controle externo limita-se à inspeção documental realizada pelos órgãos reguladores.

(D) Tanto o controle interno quanto o controle externo da qualidade têm como finalidade exclusiva avaliar a fase pré-analítica dos exames laboratoriais.

(E) O controle interno da qualidade monitora o desempenho analítico rotineiro do laboratório, enquanto o controle externo da qualidade avalia a exatidão dos resultados, por meio da comparação entre diferentes laboratórios.

48. Com base nos princípios de desinfecção e esterilização, assinale a opção CORRETA.

(A) A desinfecção de alto nível elimina todos os microrganismos e esporos bacterianos, sendo equivalente ao processo de esterilização.

(B) O álcool etílico a 70% é considerado um agente esterilizante químico, sendo indicado para esterilizar materiais cirúrgicos e instrumentais reutilizáveis.

(C) A limpeza dos materiais pode ser dispensada antes da esterilização, pois o calor da autoclave remove completamente resíduos orgânicos presentes na superfície dos instrumentos.

(D) A esterilização tem como objetivo eliminar todas as formas de vida microbiana, inclusive os esporos bacterianos, enquanto a desinfecção reduz ou elimina a maioria dos microrganismos sem garantir a destruição dos esporos.

(E) A esterilização é indicada exclusivamente para materiais utilizados em microbiologia, não sendo necessária para outros materiais reutilizáveis do laboratório.

49. Durante uma inspeção de biossegurança em um laboratório de análises clínicas, foram avaliadas as medidas de proteção adotadas pelos profissionais, para minimizar os riscos de exposição a agentes biológicos, químicos e físicos. Entre os aspectos observados estavam o uso adequado dos Equipamentos de Proteção Individual (EPIs) e dos Equipamentos de Proteção Coletiva (EPCs). Analise as afirmativas a seguir como verdadeiras (V) ou falsas (F).

I. Luvas, jaleco, máscara e óculos de proteção são exemplos de Equipamentos de Proteção Individual (EPIs).

II. Os lava-olhos são exemplos de Equipamentos de Proteção Coletiva (EPIs).

III. O uso de EPIs elimina a necessidade da adoção de outras medidas de biossegurança, como a higienização das mãos e a utilização de EPCs.

IV. Os EPIs devem ser utilizados de acordo com os riscos da atividade desenvolvida e substituídos sempre que estiverem danificados ou contaminados.

V. A utilização de EPCs tem como finalidade reduzir ou eliminar os riscos no ambiente de trabalho, protegendo simultaneamente vários trabalhadores.

Assinale a opção que apresenta a sequência CORRETA de cima para baixo:

(A) V – F – V – V – F

(B) F – V – V – F – V

(C) V – V – F – F – V

(D) V – F – F – V – V

(E) F – F – V – V – F

50. Considerando os princípios da rastreabilidade em laboratórios de análises clínicas, assinale a opção CORRETA.

(A) A rastreabilidade restringe-se à identificação da amostra no momento da coleta, sendo desnecessário o registro das etapas analíticas e pós-analíticas.

(B) A rastreabilidade é um procedimento aplicado exclusivamente à fase analítica, não abrangendo informações sobre coleta, transporte ou liberação dos resultados.

(C) A utilização de sistemas informatizados elimina a necessidade de registros relacionados aos equipamentos, reagentes, controles de qualidade e profissionais envolvidos no processo.

(D) A rastreabilidade é exigida apenas para exames considerados críticos, sendo facultativa para os demais procedimentos laboratoriais.

(E) A rastreabilidade consiste na capacidade de recuperar o histórico, a aplicação e a localização de uma amostra ou resultado ao longo de todas as etapas do processo laboratorial.